



# SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

12/03/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## Em negociação por Previdência, governo libera R\$ 1 bilhão em emendas

Para agradar os deputados que analisarão em breve sua proposta de reforma da Previdência, o governo de Jair Bolsonaro (PSL) liberou R\$ 1 bilhão em emendas parlamentares. As emendas são uma das mais clássicas moedas de troca usadas entre Executivo e Legislativo, e a gestão Bolsonaro vinha sendo cobrada por parlamentares insatisfeitos com a demora para acenar com a liberação de verbas para estados e municípios. Um levantamento feito pelo Palácio do Planalto mostrou que havia cerca de R\$ 3 bilhões em emendas impositivas que não haviam sido pagas. Esse estoque se refere a recursos que deveriam ter sido liberados desde 2014. Como o Orçamento é aprovado pelo Congresso, os parlamentares podem destinar verba para obras e ações em suas bases eleitorais. Esses atos são chamados de emendas, que podem ser apresentadas por deputados e senadores (individuais) ou pelas bancadas. As emendas impositivas têm de ser pagas, mas o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), e o ministro general Santos Cruz (Secretaria de Governo) identificaram R\$ 3 bilhões que não haviam sido liberados.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 12/03/2019

## Líderes criticam governo e dão sinal negativo à Previdência

Líderes da Câmara criticaram a articulação do governo, que tenta negociar cargos com o Congresso para aprovação da Nova Previdência. Eles também deram sinais negativos sobre a proposta, refutando declarações do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que faltariam poucos votos para passar a medida. O líder do PRB, Jhonantan de Jesus (RR), afirmou que, do jeito como está posta hoje, seu partido votaria contra a PEC. Ele insinuou também que o partido espera saber a quais cargos terá direito para avançar nas tratativas sobre a proposta. Para ele, o governo precisa ceder para criar sua base. As declarações foram feitas pelo líder do PRB ao chegar à residência oficial da Presidência da Câmara para reunião das lideranças.

Fonte: Jornal A Tribuna – 12/03/2019

## Governo estuda reduzir aperto em benefício

A equipe econômica discute uma proposta alternativa para as regras do BPC -Benefício de Prestação Continuada, destinado a deficientes e idosos em situação de miséria. O objetivo é amenizar resistências do Congresso às mudanças incluídas no projeto de reforma da Previdência. Integrantes do governo estudam ajustar o valor e a idade de acesso ao pagamento. Uma das versões debatidas prevê um benefício de R\$ 600 por mês a cidadãos de baixa renda a partir dos 62 anos e de um salário mínimo a partir dos 68 anos. A ideia representa uma flexibilização do plano original do Ministério da Economia. O projeto de reforma enviado ao Congresso prevê pagamentos de R\$ 400 a idosos a partir dos 60 anos e de um salário mínimo só a partir dos 70 anos. O endurecimento das regras do BPC foi um dos pontos mais atacados da reforma por deputados e senadores. Atualmente, o benefício de um salário mínimo é pago aos cidadãos com 65 anos ou mais e renda por pessoa da família inferior a 1/4 do salário mínimo (equivalente a R\$ 250 neste ano).

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 12/03/2019

## **Paim alerta sobre capitalização**

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem em Plenário que um regime de capitalização, como o sugerido pelo governo na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019, é um investimento de alto risco para a aposentadoria das gerações futuras. O parlamentar explicou que, diferentemente das atuais regras, a poupança individual, como foi adotada em países como Chile e Peru, inviabilizará o sistema de arrecadação para assegurar o benefício de quem está para se aposentar, e segundo ele, não será uma aplicação segura. “Todos aqueles que entrarem daqui para frente vão para o regime de capitalização, poupança individual, poupança no nome dele, só ele pode mexer. Quem vai pagar aqueles outros milhões de brasileiros que estão em via de se aposentar? (...) Isso aconteceu nos outros países. Vamos pegar o caso do Chile, as pessoas depositaram na poupança individual, o investimento é de risco, não deu certo e daí quebrou. Quem paga? O Estado não vai te dar um salário mínimo, dois, três, nem quatro e nem cinco”, afirmou o senador.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 12/03/2019

## **Ciro Gomes afirma que reforma falha**

O ex-ministro e ex-candidato à Presidência Ciro Gomes (PDT) fez duras críticas ontem à reforma da Previdência proposta pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL). Para o pedetista, o projeto não contempla a discussão do espaço do Orçamento dedicado ao investimento e também falha em não tratar da aposentadoria militar. Na avaliação de Ciro, a principal tarefa da reforma da Previdência é dar base para que o investimento na economia se amplie e garantir o bem-estar da população idosa. “Nada disso está sendo considerado”, afirmou, durante evento do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 12/03/2019

## **Projeto isenta quem estiver sem emprego**

O Projeto de Lei 696/19 isenta do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos o candidato que estiver desempregado há mais de 12 meses. Autor do projeto, o deputado Charles Fernandes (PSD-BA) argumenta que pesquisas sobre o número de desempregados no País mostram números alarmantes - cerca de 12 milhões de pessoas -, sem considerar os números do subemprego, que é praticado por trabalhadores informais. “O desemprego atinge em cheio os jovens de 15 a 24 anos que querem entrar no mercado de trabalho e não dispõem de recursos e nem de qualquer auxílio do governo federal para pagar a taxa de inscrição”, diz Fernandes. O deputado criticou ainda o que chamou de “indústria” dos concursos públicos. “A realização de concursos virou uma verdadeira indústria, com taxas que variam de R\$ 50,00 a R\$ 150,00”, disse.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 12/03/2019

## **Aporte em saneamento previsto em plano do governo é alvo de divergência**

Entidades que representam concessionárias de água e esgoto divergem da nova versão do Plano Nacional de Saneamento Básico, em consulta pública desde a última semana. O documento reúne diretrizes para o setor até 2033. A estimativa do governo é que será necessário investir cerca de R\$ 24 bilhões ao ano no segmento, quase o dobro do valor médio praticado atualmente. Empresas públicas e privadas concordam que é impossível alcançar esse patamar nas condições atuais, mas discordam quanto às mudanças que precisam ser realizadas. A Aesbe, associação das estaduais, defende que as privadas não disputem concessões que hoje são das estatais, e só assumam operações ao adquirir ou firmar parcerias com companhias dos estados.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 12/03/2019